

Coordenação
Maria Leonor da Silva Carvalho
Pedro Damião de Sousa Henriques
Vanda Narciso



ESADR 2013

Alimentar mentalidades, vencer a crise global

Atas do Congresso

ISBN 978-989-8550-19-4



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Coordenação

Maria Leonor da Silva Carvalho · Pedro Damião de Sousa Henriques

Vanda Narciso



ESADR 2013

Alimentar Mentalidades, Vencer a Crise Global
Atas do ESADR 2013

Realizado na Universidade de Évora
de 15 a 19 de outubro de 2013

Évora · 2013

FICHA TÉCNICA

Título Alimentar Mentalidades, Vencer a Crise Global – Atas do ESADR 2013

Autores Vários

Coordenação Maria Leonor da Silva Carvalho, Pedro Damião de Sousa Henriques e Vanda Narciso

Edição Universidade de Évora / Comissão Organizadora do ESADR 2013

Design João Morgado

dezembro de 2013

ISBN 978-989-8550-19-4

Os pontos de vista e argumentos apresentados nos textos constantes da presente obra são da inteira responsabilidade dos seus respectivos autores e em momento algum poderão ser imputados às instituições promotoras, organizadoras e apoiantes do livro.

A BANCA, O FINANCIAMENTO AGRÍCOLA E A CRISE

Paula Sofia Alves do Cabo
paulacabo@ipb.pt; CIMO, Instituto Politécnico de Bragança
 Escola Superior Agrária de Bragança

Alda Maria Vieira Matos
alda@ipb.pt; Instituto Politécnico de Bragança
 Escola Superior Agrária de Bragança

António José Gonçalves Fernandes
toze@ipb.pt; Instituto Politécnico de Bragança
 Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

Maria Isabel Barreiro Ribeiro
xilote@ipb.pt; Instituto Politécnico de Bragança
 Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

RESUMO

A agricultura é, historicamente, um sector negligenciado pela banca, considerada uma atividade de elevado risco, sendo difícil a obtenção de financiamento bancário por parte dos pequenos e médios agricultores, a base da agricultura portuguesa. O acesso ao crédito agrícola tem particular relevância no presente contexto do desenvolvimento agrícola e rural, especialmente dada a elevada dependência nacional de produtos alimentares importados e a atual crise da dívida soberana.

Esta comunicação questiona o papel das diferentes instituições de crédito portuguesas no desenvolvimento do país e do seu sistema produtivo. Para tal procede-se à análise das políticas financiamento bancário nos diversos setores da economia, com especial atenção ao sector primário e à atividade agrícola, bem como, eventuais mudanças motivadas pela situação excepcional de reestruturação que o país atravessa. Tendo como objeto de estudo as principais instituições financeiras portuguesas, com uma quota de mercado global superior a 75% do sector. O período em estudo engloba maioritariamente os anos de 2006 a 2012, e a informação foi recolhida a partir das demonstrações financeiras e relatórios de gestão anuais dos bancos, complementada com a informação contida em comunicados de imprensa e no *site* corporativo.

Globalmente provou-se que o financiamento bancário ao sector agrícola assenta no crédito concedido pelo Crédito Agrícola, sistema integrado de bancos cooperativos cuja génese está ligada à falta de financiamento bancário ao sector agrícola no início do século passado, falha que ainda hoje se mantém. Verificou-se contudo um despertar da banca nacional para as potencialidades deste sector, e esse interesse concretizou-se na oferta de soluções de financiamento específicas para o sector e num aumento do peso do crédito concedido ao sector, embora não seja ainda globalmente estatisticamente significativo.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura, financiamento bancário, desenvolvimento regional, crise.



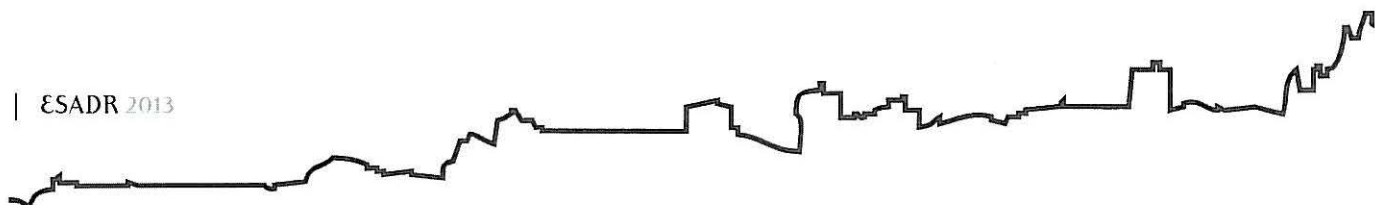
1 - INTRODUÇÃO

O sector agrícola situa-se dentro do âmbito da economia rural e dos mercados financeiros, podendo o crédito agrícola desempenhar um papel crítico no desenvolvimento agrícola. O acesso ao crédito agrícola tem particular relevância no presente contexto do desenvolvimento agrícola e rural, especialmente dada a elevada dependência nacional de produtos alimentares importados e a atual crise da dívida soberana.

Historicamente a agricultura é um sector negligenciado pela banca, considerada uma atividade de elevado risco, sendo difícil a obtenção de financiamento bancário por parte dos pequenos e médios agricultores, a base da agricultura portuguesa. Mas, numa altura em que Portugal luta com uma severa crise financeira e económica, a sociedade civil espera que a banca desempenhe o papel de impulsionador do desenvolvimento económico, apoiando as atividades produtivas e o investimento.

Por outro lado, com o desemprego em máximos históricos o sector agrícola atrai cada vez mais jovens, qualificados nas mais diversas áreas, para quem a criação do autoemprego é muitas vezes a única forma de fazer face à crise. Num país em que a população ativa ligada ao sector agrícola é cada vez mais envelhecida, tem baixo nível de instrução e possui baixa qualificação profissional esta é uma lufada de ar fresco para o sector. Também cada vez mais cientes da necessidade de apoiar a produção nacional como forma de combater a crise, os consumidores portugueses começam a dar prioridade à aquisição de produtos agrícolas nacionais. E qual o comportamento do sector bancário nesta aposta da sociedade portuguesa na agricultura nacional?

Esta comunicação questiona o papel das diferentes instituições de crédito portuguesas no desenvolvimento do país e do seu sistema produtivo. Para tal procede-se à análise do seu comportamento em termos de políticas de concessão crédito e suporte ao investimento nos diversos setores da economia, com especial atenção ao sector primário e à atividade agrícola, bem como, eventuais mudanças motivadas pela situação excecional de reestruturação que o país atravessa. Especificamente, tendo como objeto de estudo as principais instituições financeiras portuguesas, com uma quota de mercado global superior a 75%, a saber: um banco público, três bancos de privados, uma caixa económica e um sistema integrado de banca cooperativa. O período engloba maioritariamente os anos de 2006 a 2012, e a informação foi recolhida a partir das demonstrações financeiras e relatórios de gestão anuais dos bancos, complementada com a informação contida em comunicados de imprensa e no *site* corporativo.



O restante desta comunicação consiste em 3 secções: a secção 2 faz uma breve apresentação da agricultura portuguesa, importância económica e social e evolução recente; a secção 3 analisa as políticas de concessão de crédito e de suporte ao investimento das instituições de crédito portuguesas; e a secção 4 conclui.

2 – UMA VISÃO GERAL DA AGRICULTURA PORTUGUESA

A história mostra que, em épocas de crise profunda, a agricultura reassume o papel de “reserva social” (criação de emprego e aumento do produto) (Silva, 2011). Nesta secção faz-se uma breve caracterização da situação atual da agricultura em Portugal, nomeadamente a importância do sector para o produto português e para a economia regional, bem como, a evolução da atividade na última década, particularmente, os efeitos da crise sob o sector.

Em 2012, o sector primário, agricultura silvicultura e pescas¹, na sua globalidade, apresentava um valor acrescentado bruto, a preços de base, no valor de 3.602,7 milhões de euros, o correspondente a 2,63% do PIB² (figura 1).

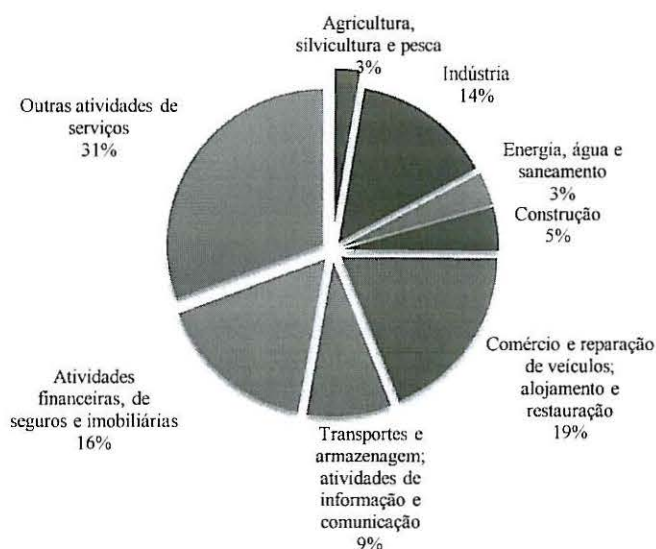


Figura 1 – VAB português por ramo de atividade, 2012
Preços constantes, Ano de referência = 2006

Fonte: Contas Económicas da Agricultura, Estatísticas Agrícolas e Boletim Mensal de Estatística, INE, elaboração própria

¹ Excluídas as indústrias extrativas e a transformação de produtos agrícolas - Divisões 1 a 3 da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas - CAE Rev. 3. Secção A da Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais.

² Produto Interno Bruto a preços de base, que, pela ótica da produção, corresponde ao somatório do VAB a preços de base (não inclui os Impostos Líquidos de Subsídios sobre os Produtos) dos vários ramos de atividade.



O setor agrícola, composto por um total de 43.972 empresas agrícolas, tem uma produção global de 6.343,1 milhões de euros (INE, 2012, 2013a) e emprega cerca de 534 mil indivíduos (401 mil em volume de trabalho, isto é, considerando o trabalho prestado a tempo parcial) o que representa mais de 10,7 % do emprego total do País (8% em volume de trabalho) (MAMAOT, 2012). A análise da estrutura da produção agrícola portuguesa permite constatar a prevalência da produção vegetal (51,1%) sobre a produção animal (44,1%), nomeadamente a concentração da produção em quatro setores, três deles de produtos vegetais (hortícolas, frutos, vinho) e um de produção animal (leite) destacando-se a importância crescente dos hortícolas, com 19% da produção em 2012, imediatamente seguido dos frutos (15%) (ver figura 2).

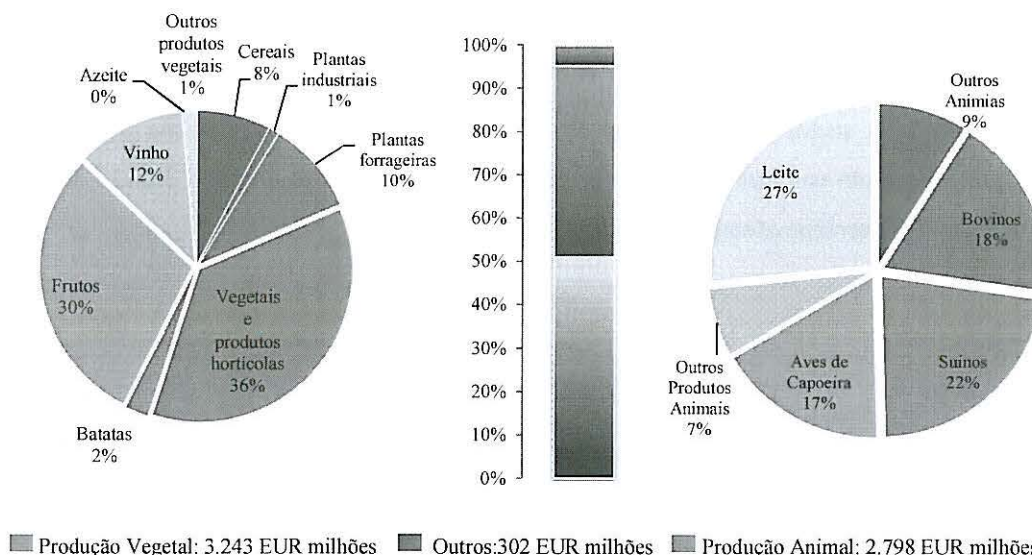


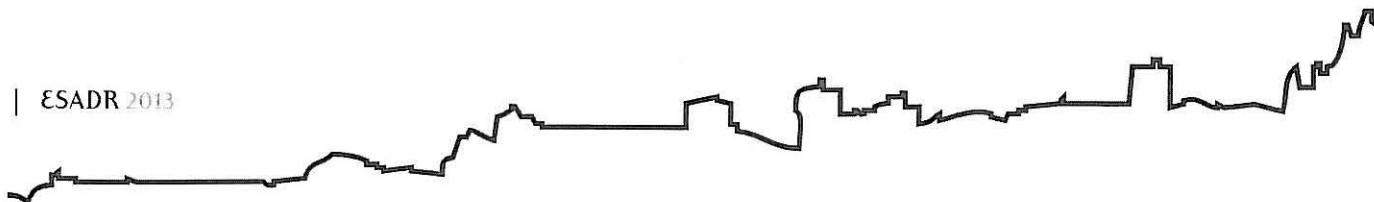
Figura 2 – Composição da Produção Agrícola, 2012

Preços correntes, Ano de referência = 2006

Fonte: Contas Económicas da Agricultura e Estatísticas Agrícolas, INE, elaboração própria

2.1 – IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DA AGRICULTURA

Em termos de VAB, a atividade agrícola era, em 2012, responsável por quase 80% do valor acrescentado do sector primário, ou seja, apenas 1,8% do VAB nacional, uma contribuição 26% abaixo do verificado no início do milénio, reflexo da tendência já anterior de perda de importância da atividade agrícola para a formação do PIB nacional. Contudo, apesar desta perda de importância económica da atividade agrícola a nível nacional, esta é, ainda, uma atividade, económica e socialmente, relevante a nível regional. Segundo os dados do recenseamento agrícola de 2009: RA09 (INE, 2010, 2011), a agricultura ocupa cerca de 50 por cento da superfície territorial do país, 3,6 milhões de hectares, e a população agrícola familiar representa 7,5% da população



portuguesa. Salienta-se todavia que apesar de no sul do país, a estrutura produtiva regional estar muito ligada à agricultura, é no centro interior e no norte interior de Portugal que o emprego regional está fortemente sustentado na atividade agrícola, como ilustrado na figura 3.

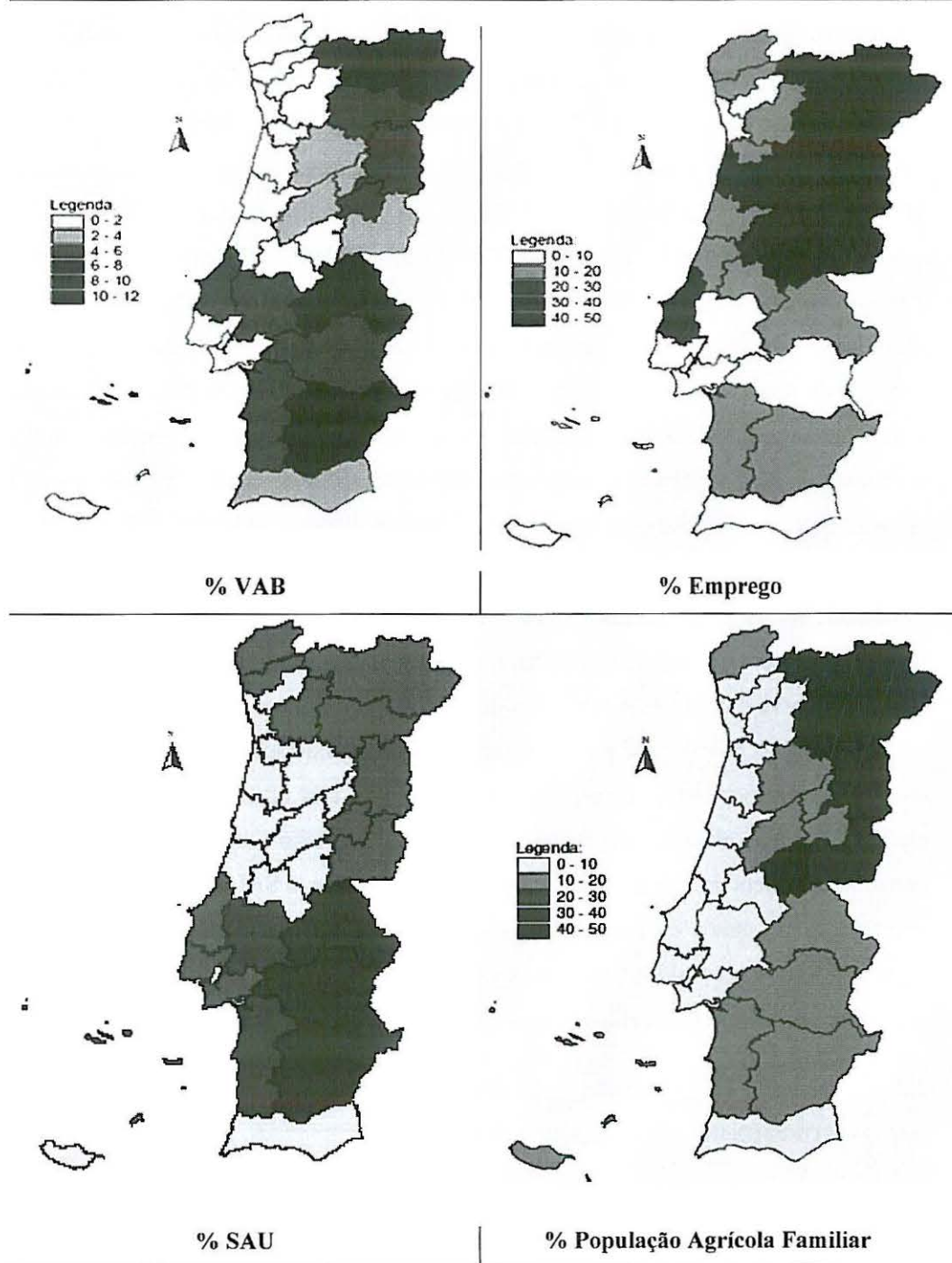


Figura 3 – Importância da Agricultura na economia regional, 2011

Fonte: MAMAOT (2012)



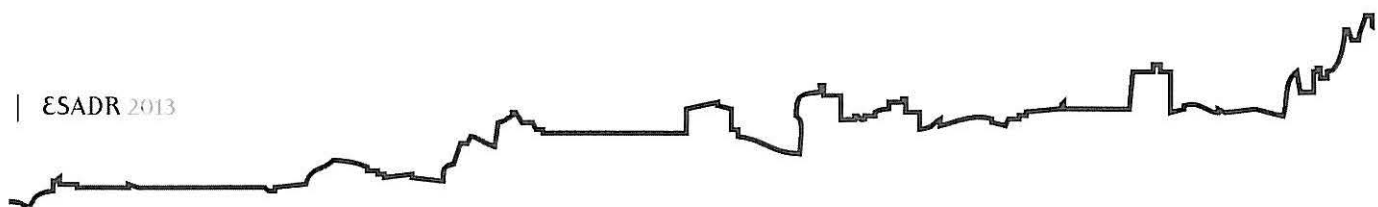
A figura mostra que existe uma significativa especialização produtiva na agricultura em algumas regiões, predominantemente no interior, contribuindo a agricultura para uma parte significativa do VAB regional, com destaque para o Baixo Alentejo (10,7%) Alto Alentejo (6,9%) e Alto Trás-os-Montes (6,3%).

Verifica-se igualmente que a agricultura é determinante na geração de emprego para algumas sub-regiões do país sendo responsável por mais de $\frac{2}{5}$ dos postos de trabalho criados, como é o caso de Alto Trás-os-Montes (48,1%); Pinhal Interior Sul (40,4%) ou Beira Interior Norte (41,7%). E embora se observe uma diminuição da população agrícola familiar na última década (-5,8%), o seu peso na população residente é ainda bastante significativo na região norte e centro interior de Portugal (particularmente, Alto Trás-os-Montes, 40,9%; Pinhal Interior Sul, 31,8%; Douro, 31,0%), sendo que a maioria da população com atividade agrícola está ligada a explorações micro ou pequena dimensão económica, onde o plurirrendimento dos agricultores e a atividade a tempo parcial continuam a ter grande expressão, contribuindo para a diversificação dos rendimentos, para a viabilidade económica das explorações de menor dimensão e para a redução da vulnerabilidade das famílias em situações de crise (MAMAOT, 2012).

Por fim, quanto à Superfície Agrícola Utilizada: SAU, a mesma é particularmente importante na região do Alentejo onde ocupa cerca de $\frac{3}{4}$ de superfície da região, sendo que a agricultura portuguesa engloba realidades muito distintas: nas regiões Norte, Centro, Algarve e Madeira, a SAU está maioritariamente nas explorações de pequena e micro dimensão económica, pouco especializadas e maioritariamente dependentes de rendimentos provenientes do exterior da exploração, não obstante a presença muito significativa de explorações especializadas em bovino de leite e viticultura, entre outras; enquanto no Alentejo, em Lisboa e Vale do Tejo e Acores, a SAU está concentrada nas explorações de média e grande dimensão económica, que tendem a ser explorações especializadas, com destaque para os bovinos e pequeno ruminantes, mais empresariais e menos dependentes de rendimentos exteriores (MAMAOT, 2012).

2.2. – EVOLUÇÃO RECENTE DA ATIVIDADE AGRÍCOLA: REESTRUTURAÇÃO, AUTOAPROVISIONAMENTO E BALANÇA COMERCIAL

Em 2009, segundo o INE (2010, 2011), existiam em Portugal, 305 mil explorações agrícolas ocupando 3,6 milhões hectares de SAU e utilizando um volume de mão-de-



obra de 367 mil UTA³ dos quais 80% são familiares. Esta realidade é, contudo, significativamente diferente da observada há uma década atrás, experimentando a atividade um processo de ajustamento estrutural, com a área média das explorações a aumentar 2,5 hectares, para 11,9 ha, e redução do número médio de UTAs por exploração em 0,2 unidades, para 1,25 UTAs, acompanhado por um crescimento da produtividade do trabalho, o que as torna, potencialmente, mais competitivas⁴. Porém, a perda de cerca de 25% do número de explorações e o recuo do território dedicado à prática agrícola em quase 500 mil hectares, é preocupante, dada a forte dependência externa de Portugal em produtos alimentares. De facto, a recomposição da estrutura produtiva e a modernização tecnológica traduziram-se em aumentos de produtividade com um ritmo superior ao conjunto da economia (MAMAOT, 2012), os quais compensaram a perda territorial tendo a produção agrícola se mantido estável, contudo, esse ganho não foi sentido em termos de VAB, que sofreu uma quebra, em termos nominais, motivado fundamentalmente, pelo acréscimo nos consumos intermédios (CI) cujos preços dependem do mercado internacional (figura 4).

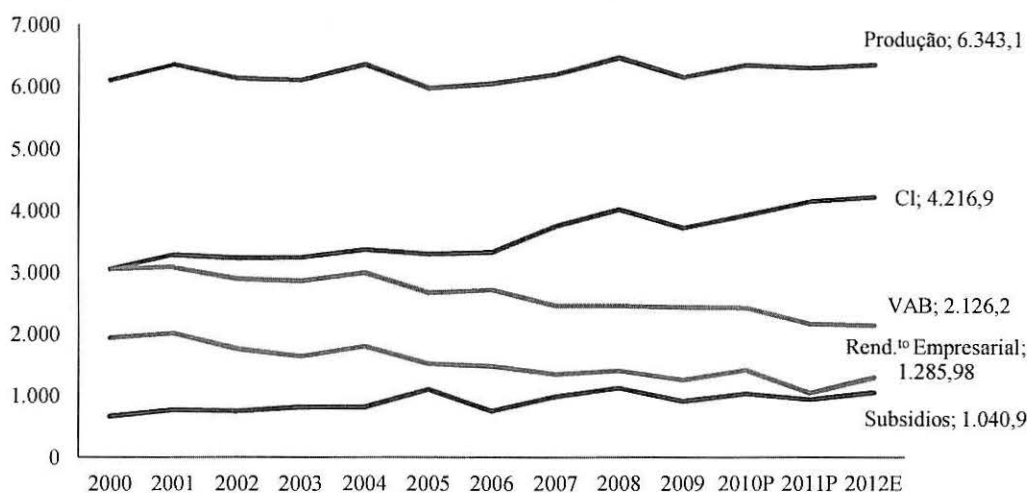


Figura 4 – Evolução do valor da produção agrícola, CI, VAB, rendimento empresarial e subsídios, 2000-2012

Preços correntes, Ano de referência = 2006

Fonte: Contas Económicas da Agricultura e Estatísticas Agrícolas, INE, elaboração própria

A figura 4 mostra que a produção não regista alterações significativas, no período 2000-2012, contudo o acréscimo ocorrido nos CI (de quase 40%), reflete-se num decréscimo global do VAB e do rendimento empresarial gerado pela atividade, na ordem dos 30%.

³ UTA - 1 Unidade Trabalho Ano equivale a 240 dias de trabalho a 8 horas por dia.

⁴ De acordo com Eurostat (2012) Portugal foi, em 2012, o quinto país da União Europeia onde a atividade agrícola por trabalhador mais rende, tendo o rendimento do sector agrícola crescido cerca de 9%.



A figura demonstra igualmente a importância dos subsídios para a formação do rendimento dos produtores, situação em linha com o RA09, em que 60% dos produtores agrícolas declararam beneficiar de ajudas/subsídios, sendo que 11% destes indicaram que a sua importância no rendimento da exploração agrícola era superior a 25%.

Esta estabilidade da produção agrícola foi acompanhada pelo crescimento da produção de bens alimentares, embora insuficiente para compensar o incremento dos níveis de consumo (MAMAOT, 2012) pelo que o grau de autoaprovisionamento alimentar tem-se mantido estável na última década, próximo dos 82%.

A análise do grau de autoaprovisionamento, por tipo de produção (tabela 1) mostra que apenas o vinho, azeite e os hortícolas apresentam uma evolução favorável, com o vinho e hortícolas a apresentar um coeficiente superior a 100. O sector do azeite, após uma quebra no início da década de 2000, tem experimentado uma recuperação consistente nos últimos anos. Nos outros sectores houve uma evolução negativa com particular destaque para o sector do leite e produtos lácteos onde a auto-suficiência foi perdida a partir de 200, encontrando-se a produção condicionada ao sistema de quotas leiteiras.

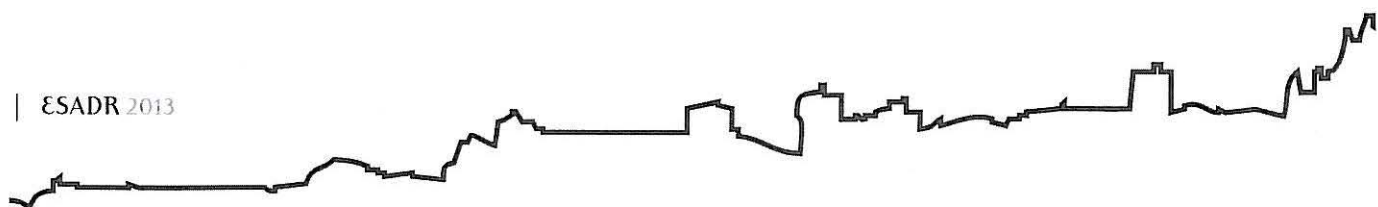
	Azeite	Total de carnes	Total de frutos	Total de cereais*	Vinho	Batata	Hortícolas	Leite e derivados
2000	71,2%	72,5%	66,5%	33,1%	118,4%	64,2%	162,9%	100,6%
2001	41,7%	75,1%	63,9%	26,5%	132,3%	65,7%	155,5%	92,6%
2002	50,8%	72,0%	70,9%	30,0%	99,7%	71,8%	155,2%	94,5%
2003	45,3%	73,9%	70,0%	23,7%	122,2%	68,0%	146,4%	95,3%
2004	55,4%	75,3%	72,4%	26,8%	130,4%	72,0%	176,6%	94,8%
2005	50,8%	73,3%	65,2%	16,7%	123,4%	51,4%	167,0%	97,2%
2006	63,8%	70,4%	69,2%	24,3%	133,1%	55,2%	155,3%	94,3%
2007	49,3%	70,8%	61,7%	20,2%	118,8%	58,7%	173,7%	92,2%
2008	64,9%	74,1%	60,4%	24,3%	113,7%	49,4%	170,3%	92,8%
2009	75,3%	72,4%	67,8%	21,3%	107,3%	46,3%	n.d.	n.d.
2010	76,8%	71,1%	63,5%	18,8%	131,2%	40,7%	n.d.	n.d.
2011	90,2%	72,8%	75,1%	20,8%	104,2%	44,0%	n.d.	n.d.
Média	61,3%	72,8%	67,2%	23,9%	119,6%	57,3%	162,5%	94,9%

*Excluindo arroz, o valor médio incluindo arroz é de 28,4%, 2000-2008.

Tabela 1 - Evolução do grau de auto aprovisionamento das principais atividades

Fonte: Contas Económicas da Agricultura e Estatísticas Agrícolas, INE, elaboração própria

Globalmente, a análise destes dados permite inferir que a dependência do país face ao exterior aumentou o que significa maior necessidade de importação de produtos alimentares enquanto a capacidade exportadora líquida se circunscribe aos sectores tradicionais do vinho, azeite e hortícolas.





Assim, a Balança Comercial de bens agrícolas, historicamente deficitária, apresentava em 2012, um saldo negativo de 3.630 EUR milhões. Contudo, o crescimento das exportações a um ritmo superior ao das importações verificado na última década (figura 5) (se acompanhado por uma maior aposta na produção alimentar nacional de sectores com reduzida dependência de CI importados, com vantagens comparativas, e que prevalecem na estrutura produtiva nacional, em detrimento de sectores com maior dependência de CI importados (MAMAOT, 2012)) poderá traduzir-se num significativo aumento do grau de autoaprovisionamento alimentar do país.

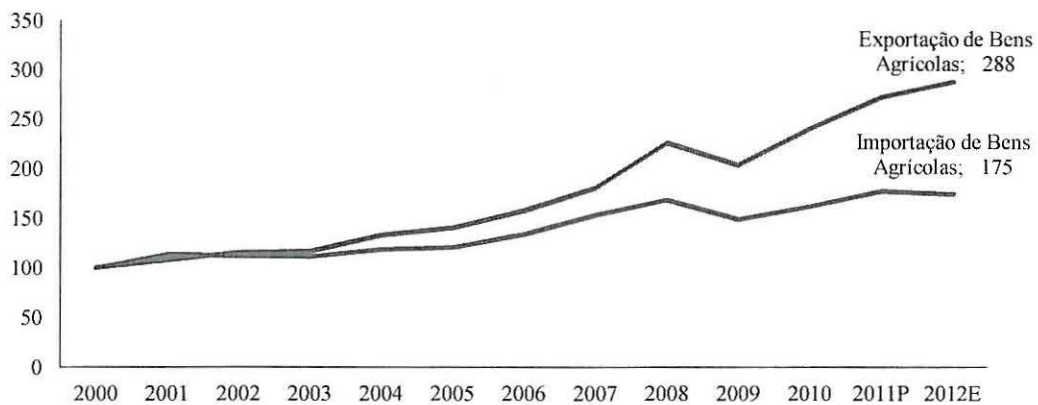


Figura 5 - Evolução do Comércio Internacional de Bens Agrícolas, 2000-2012

Preços constantes, Ano de referência = 2006

Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional, INE, elaboração própria

2.3 – O ENVELHECIMENTO AGRÍCOLA, A CRISE E O REGRESSO AO CAMPO

A agricultura portuguesa debate-se com um grave problema de renovação geracional que põe em causa a sua sustentabilidade. Segundo Silva (2011), os jovens agricultores além de garantirem a sustentabilidade futura ao sector, reúnem características próprias de uma classe etária que potenciam o sucesso da sua atividade empresarial e profissional (nível de formação, apetência pelo risco, iniciativa, mobilidade...).

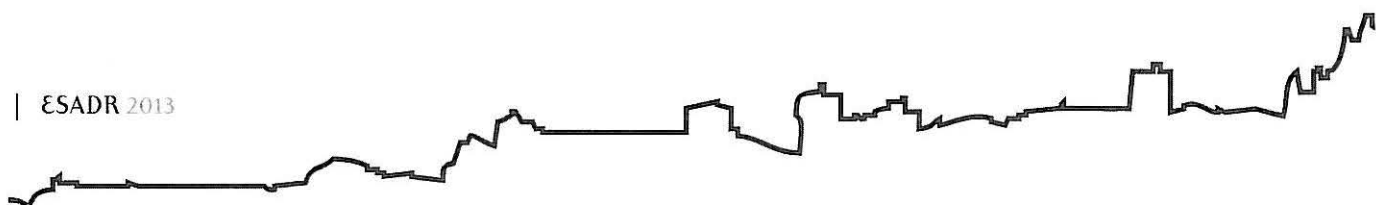
De facto, a agricultura portuguesa é uma das mais envelhecidas da União Europeia, sendo que os agricultores com mais de 65 anos representam cerca de 48% do número de produtores, (quando a nível europeu esse peso é de apenas 27%) e apenas 10% dos agricultores tem menos de 45 anos e 2% possui menos de 35 anos. E, pior ainda, o processo de envelhecimento acelerou na última década, de forma que se a idade média dos agricultores portugueses era, em 1999, de 59 anos, uma década depois é de 63 anos. Os dados do RA09 mostram que o número de produtores singulares agrícolas em 2009 era de 297 mil indivíduos, verificando-se em termos nacionais uma quebra relativamente ao recenseamento anterior (RGA99) de 27%; sendo que na classe etária



de menos de 35 anos essa quebra foi de 60%; na classe etária dos 35 aos 45 foi de 51% (Silva, 2011). Este fenómeno é transversal a todas as regiões agrárias e reflete a escassa eficácia das políticas de apoio à instalação de jovens agricultores que todos os quadros comunitários de apoio consideraram como relevantes (Alberto & Almeida, 2011; Silva, 2011). Por outro lado, o envelhecimento é acompanhado por um fraco nível de instrução e formação em geral, sendo que este problema se agrava nas classes etárias mais elevadas. A nível global apenas 8% dos produtores agrícolas tem um nível de escolaridade pós secundário, sendo que na classe etária de menos de 35 anos essa percentagem é de 35%; na classe etária dos 35 aos 45 é de 19% mas na classe etária superior a 65 anos a percentagem é apenas de 5%.

A situação de crise económica e a situação do mercado de trabalho tem seguramente um impacto no fenómeno de regresso à agricultura que se experimenta atualmente em Portugal, tendo a agricultura inclusive recebido profissionais qualificados que antes se dedicavam a outras áreas. De acordo com INE (2013b), ao todo, dos mais de 72 mil postos de trabalho criados no 2º trimestre de 2013, $\frac{2}{3}$ foram no setor agrícola, o que representa um recorde histórico dos últimos 15 anos. O INE refere que estes números são explicados pelo tradicional fator da sazonalidade, mas também porque se observou um menor recurso a mão-de-obra importada, dado que a crise levou os trabalhadores portugueses interessarem-se novamente pela atividade. Relativamente a este fenómeno, o Jornal de Negócios (2013) destaca igualmente o maior aumento do emprego nas zonas Norte e Centro e nos trabalhadores por conta própria, concluindo que a crise pode estar a atirar muitos portugueses para uma economia de subsistência, lembrando que foi precisamente nestas regiões que a indústria foi mais afetada pela crise e que predominam os pequenos terrenos, pelo que o regresso à terra como meio de subsistência pode estar a ser a opção para muitas famílias.

Este interesse pela atividade agrícola observa-se também pela procura dos apoios comunitários ao investimento no sector. Este movimento é particularmente visível no que respeita aos jovens agricultores, cujo pedido de apoios à primeira instalação tem crescido em espiral: 4.879 entre 2000 e 2009 e 5.048 entre 2010 e 2012. Ou seja, nos últimos três anos em que as consequências da crise mais se fizeram sentir, principalmente na falta de oportunidades de emprego, instalaram-se mais jovens agricultores do que nos 10 anos anteriores (Cunha, 2013).



3 – O FINANCIAMENTO BANCÁRIO EM ÉPOCA DE CRISE

Existe um volume considerável de literatura que avalia a forma como as instituições de crédito afetam a economia; a sua principal conclusão é que o sistema bancário desempenha um papel importante no desenvolvimento económico (Levine, 2004). Ao fornecerem capital a indivíduos e empresas que desejam fazer um uso produtivo do mesmo, as instituições de crédito criam valor social e, desta forma, desempenham um papel importante no desenvolvimento económico e social de um país ou região. A sua política de concessão de crédito, por exemplo, pode condicionar o desenvolvimento sectorial e regional, ao criar linhas de crédito específicas para determinado ramo de atividade ou determinado público, e mesmo a sua presença física nas localidades economicamente mais desfavorecidas é crucial para o combate às assimetrias e estímulo ao desenvolvimento regional.

Em Portugal, durante a presente crise os bancos têm frequentemente desempenhado o papel de "mau da fita"; inicialmente por causa das suas políticas de concessão de crédito imprudentes, as quais, muitas vezes recorrendo a práticas de marketing agressivas, contribuíram para o sobreendividamento das famílias portuguesas; presentemente porque as condições restritivas impostas para a concessão de crédito bancário ameaçam a sobrevivência de famílias e pequenas e médias empresas (PME's), e entretanto a imprensa revela casos de má gestão e operações de resgate à banca portuguesa. Sob pressão da opinião pública e com a política de concessão de crédito da banca como parte da agenda política, os bancos estão a envidar esforços no sentido de contrariar essa visão, tentando diferenciar-se positivamente, publicitando linhas de crédito específicas para as empresas exportadoras, para PME's ou mesmo para o setor agrícola.

3.1 – MATERIAL E MÉTODOS

A política de concessão de crédito de um banco pode ser apreendida através da análise da estrutura da sua carteira de crédito e do exame da oferta sectorial de soluções de investimento disponibilizada, e.g. linhas de crédito, protocolos estabelecidos, etc. identificando assim os sectores de atividade prioritários para a estratégia corporativa.

A amostra inclui instituições de crédito domésticas abrangendo os vários tipos de instituições a operar no nosso sistema bancário, sendo globalmente representativa de mais de 75% do sector bancário nacional. A saber, um banco público (Caixa Geral de Depósitos – CGD), três bancos privados (Banco Espírito Santo - BES; Banco Millennium BCP; e o Banco BPI), uma caixa económica (Banco Montepio) e um sistema integrado



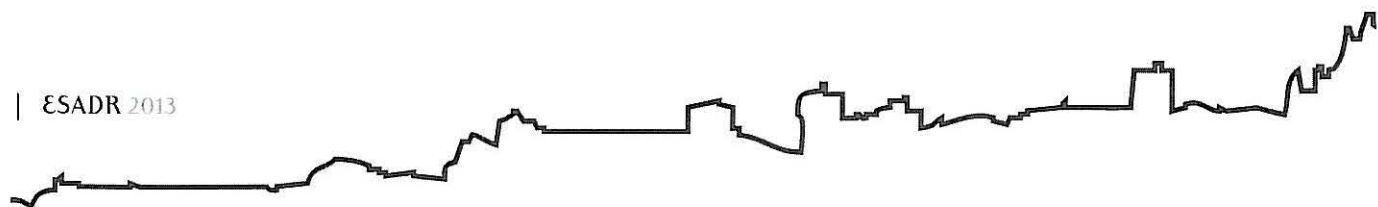
de bancos cooperativos de crédito agrícola (Crédito Agrícola). A informação foi recolhida a partir dos relatórios e contas anuais dos bancos, e complementada com informação contida em comunicados de imprensa e no *site* corporativo. O período considerado é maioritariamente 2006-2012, exceto quando por ausência de informação tal não é possível, englobando uma *pooled* de 42 observações. Durante o período em estudo, a crise financeira de 2008 foi identificada como marco determinante. A tabela 2 fornece uma síntese dos principais indicadores da atividade, solvabilidade e rentabilidade da amostra, em 2011.

	Banco BPI	Millennium BCP	BES	Crédito Agrícola	CGD	Montepio	Sector bancário	Amostra global
Ativo total	42.956	93.482	80.237	14.241	120.565	21.495	516.716	372.977
Quota de mercado	8,31%	18,09%	15,53%	2,76%	23,33%	4,16%	100,00%	72,18%
Depósitos	2.4671	47.516	34.206	9.821	70.587	13.702	246.742	200.504
Quota de mercado	10,00%	19,26%	13,86%	3,98%	28,61%	5,55%	100,00%	81,26%
Crédito bruto	28.995	71.533	51.211	8.507	81.631	17.477	313.952	259.354
Quota de mercado	9,24%	22,78%	16,31%	2,71%	26,00%	5,57%	100,00%	82,61%
Balcões (#)	693	872	672	690	860	499	6.305	4.286
Quota de mercado	10,99%	13,83%	10,66%	10,94%	13,64%	7,91%	100,00%	67,98%
Empregados (#)	6.502	9.714	6.116	3.845	9.509	3.910	57.069	39.596
Quota de mercado	11,39%	17,02%	10,72%	6,74%	16,66%	6,85%	100,00%	69,38%
Rácio Core Tier 1	9,2%	9,3%	9,2%	12,68%	9,5%	10,2%	9,5%	-
Rácio de transformação	117,52%	150,54%	149,71%	86,62%	115,64%	127,55%	127,24%	129,35%
ROA	-0,66%	-0,91%	-0,14%	0,39%	-0,41%	0,21%	-0,29%	101,66%
ROE	-34,64%	-19,40%	-1,76%	5,26%	-9,15%	3,58%	-5,56%	7,34%

Tabela 4 - Indicadores da banca a retalho nacional, dezembro 2011, EUR milhões

Fonte: Boletim da Associação Portuguesa de Bancos, banco interativo de dados estatísticos do Banco de Portugal e relatórios e contas anuais dos bancos, cálculos próprios.

A tabela demonstra como a amostra é altamente representativa do sistema bancário nacional, especialmente no referente ao total de ativos, crédito concedido ou depósitos de clientes. Individualmente, o Crédito Agrícola destaca-se pela sua desproporcional (em relação à dimensão) rede de balcões, e por deter o maior rácio de solvabilidade - Core Tier 1 - e o menor rácio de transformação (o único inferior de 1), indicando que o Crédito Agrícola é a única instituição da amostra a ter um perfil de banco de poupança. Verifica-se também que o Crédito Agrícola e o Montepio são as únicas instituições que apresentam retornos positivos em 2011, os restantes bancos, juntamente com a globalidade do sector bancário, apresentam prejuízos nesse ano. Dadas as particularidades daquelas instituições, nomeadamente, as restrições à atividade bancária decorrente dos seus regimes jurídicos específicos e abordagem de negócios únicas, estas aparentam ser capazes de lidar com a presente crise melhor do que os seus pares. Para o estudo da política de crédito dos bancos utilizámos os seguintes indicadores: (1) *Estrutura da carteira de crédito*, segmentada inicialmente por sector de atividade:



empresas e particulares. O segmento empresas foi decomposto de acordo com os ramos de atividade (CAE Rev 3): 1 - Agricultura, silvicultura e pesca; 2 - Indústria; 3 - Energia, água e saneamento; 4 - Construção; 5 - Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração; 6 - Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação; 7 - Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias; 8 - Outras atividades de serviços. O segmento particular foi dividido conforme a finalidade do crédito: crédito à habitação ou crédito ao consumo. (2) *Oferta sectorial específica de financiamento a empresas*, montantes disponibilizados e variedade de produtos oferecidos.

É expectável detetar diferenças nos indicadores mencionados entre os vários tipos de instituição de crédito e ao longo do período em estudo, indicativos de diferentes políticas de concessão de crédito por parte destas instituições.

O período de estudo (2006-2012) foi dividido em 2 períodos: (a) Período 1 - inclui a informação anterior à crise financeira de 2008 (de 2006 a 2008); (b) Período 2 - inclui o período subsequente à crise de 2008 (de 2009 a 2012).

3.2 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para avaliar a política de crédito dos bancos foi aplicada uma análise estatística à informação financeira e restantes dados quantitativos, complementada pela análise de conteúdo relativamente à oferta disponibilizada. Quanto à análise estatística, após o teste da normalidade dos dados (teste de Kolmogorov-Smirnov ou teste Shapiro-Wilk, dependendo do tamanho da amostra), sempre que a normalidade se confirme foi usado a estatística do teste t para a comparação entre duas amostras e a Anova para comparações de mais de duas amostras; caso a normalidade seja violada foi utilizado o teste de Mann-Whitney para a comparação de duas amostras e o teste de Kruskal-Wallis para comparações de mais de duas amostras. Para minimizar o erro tipo I (rejeitar a H0 quando se deveria aceitá-la) ou erro tipo II (aceitar H0 quando se deveria rejeitá-la) foi adotado um nível de significância de 0,05 (Spiegel, 1977). A Tabela 5 apresenta uma síntese das estatísticas descritivas da amostra.

A análise da estrutura da carteira de crédito por tipo de instituição permite verificar que, no período de 2006-2012, são os bancos privados que dedicaram, em média, uma maior percentagem do crédito concedido ao segmento empresarial, cerca de 60% do total; ao contrário, a caixa económica apenas reservou menos de 37% do crédito concedido a esse sector. Observando a estrutura do segmento empresas, em 2012, (figura 6) e comparando esta com a contribuição dos vários ramos de atividade para o



PIB nacional (figura 1) verifica-se que o crédito bancário ao sector primário (1,6% do crédito concedido a empresas) está 1 ponto percentual abaixo do peso deste sector no PIB nacional, resultado que prova a importante função dos bancos cooperativos de crédito agrícola no financiamento do sector, como a análise por tipo de instituição (tabela 6) demonstra. Por outro lado, verifica-se um peso demasiado elevado do financiamento ao ramo da construção (13%), e atividades financeiras, de seguros e imobiliárias (30%) relativamente à sua contribuição para o PIB nacional (5% e 16%, respectivamente). Este facto, aliado à elevada percentagem do crédito à habitação (40% do crédito total) ilustra a importância do sector da construção para a o negócio bancário.

Variáveis		Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Estrutura da Carteira de Crédito (%)	Empresas	52,02	11,69	30,00	73,00
	Agricultura, silvicultura e pesca	1,00	1,14	0,10	4,95
	Indústria	6,23	2,54	0,99	10,57
	Energia, água e saneamento	1,47	0,84	0,03	3,14
	Construção	8,76	4,28	2,57	18,75
	Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	7,49	2,29	3,12	12,32
	Transportes e armazenagem; ativ. de informação e comunicação	2,73	1,51	2,20	6,00
	Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	12,44	5,49	5,74	21,43
	Outras atividades de serviços	11,9	6,41	1,65	23,17
	Particulares	47,98	11,69	27,00	70,00
	Crédito Habitação	41,06	12,68	22,09	64,75
	Crédito Consumo	6,93	5,07	1,95	24,11

Tabela 5 – Estatísticas descritivas

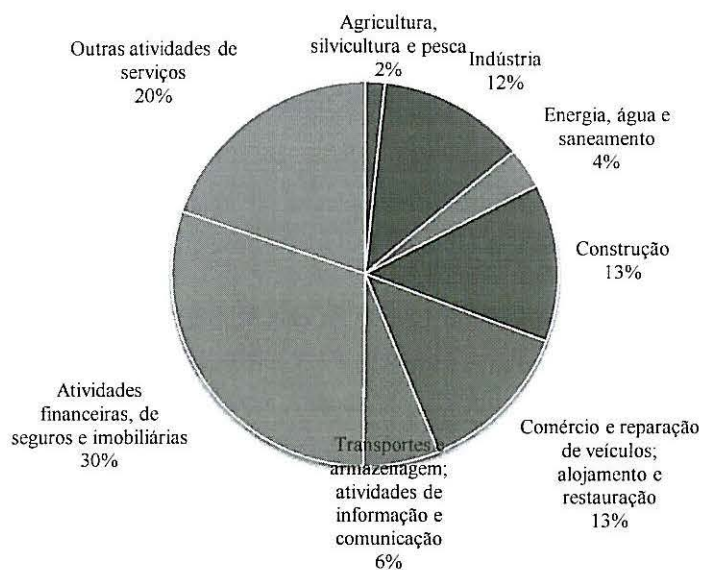
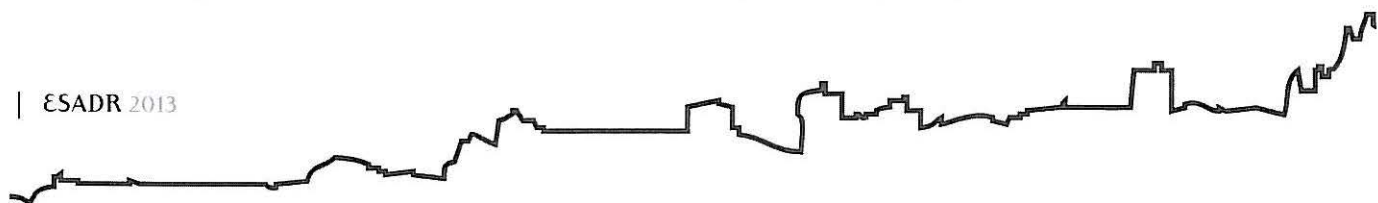


Figura 6 – Estrutura do crédito bancário ao segmento empresas, 2012





A estrutura da carteira de crédito por tipo de instituição de crédito é apresentada na tabela 6 na página seguinte. A sua análise permite verificar que, quanto ao sector de institucional *Empresas*, para o ramo de atividade:

Agricultura, silvicultura e pesca: o banco cooperativo dedica, em média, 4,66% da sua carteira de crédito ao financiamento de empresas do sector primário, enquanto para as restantes instituições de crédito essa percentagem não chega aos 1%, sendo mesmo para a caixa económica de apenas 0,24%. Resultados em linha com o expectável, dada a finalidade de concessão de crédito agrícola que está na génese da formação dos bancos cooperativos em Portugal. De facto, os bancos cooperativos foram criados, há mais de um século atrás, com o objetivo de combater uma falha de mercado, a restrição no acesso ao crédito bancário sentida pelos pequenos e médios agricultores, a base da agricultura portuguesa. Estes resultados provam que esta necessidade ainda é sentida, como o reduzido peso do crédito a este sector por parte das outras instituições de crédito comprova. Por fim, comparando os resultados entre os diferentes tipos de bancos identificaram-se 3 grupos homogéneos de médias estatisticamente semelhantes entre si:

(1) banco cooperativo; (2) bancos privados; e (3) o banco público e a caixa económica. Indústria: identificaram-se 2 grupos homogéneos de médias: (1) bancos privados e banco cooperativo; e (2) banco público e caixa económica. O grupo 1 dedica quase 8% do crédito concedido a este sector, valor em linha com a sua contribuição para o PIB; enquanto o grupo 2 lhe reserva uma percentagem bastante menor (entre 2,6% a 4,6%).

Energia, água e saneamento: identificaram-se 2 grupos homogéneos de médias: (1) bancos privados e banco público; e (2) caixa económica e banco cooperativo. Sendo a percentagem que o grupo 2 dedica a este sector cerca de $\frac{2}{5}$ da empregue pelo 1º grupo.

Construção: identificaram-se 2 grupos homogéneos de médias: (1) caixa económica; e (2) bancos privados, banco público e banco cooperativo. A caixa económica dedica, em média, 15,66% do crédito concedido a este ramo de atividade enquanto as restantes instituições lhe dedicam aproximadamente $\frac{1}{2}$ dessa percentagem.

Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração: identificaram-se 3 grupos homogéneos de médias: (1) o banco cooperativo; (2) os bancos privados; e (3) o banco público e a caixa económica. Dedicando o banco cooperativo mais de 11% do crédito a este sector e, no outro extremo, o grupo 3 concede-lhe apenas perto de 5%.

Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação: identificaram-se 2 grupos homogéneos de médias: (1) os bancos privados; e (2) o banco público, a caixa



Tipo de Banco	Empresas																Particulares			
	Agricultura, silvicultura e pesca		Indústria		Energia, água e saneamento		Construção		Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração		Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação		Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias		Outras atividades de serviços		Crédito Habitação		Crédito Consumo	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Privado	0,09	1,83	7,69	1,67	1,83	0,67	7,03	3,33	8,51	0,92	3,88	0,93	14,76	5,38	15,06	6,19	33,64	8,20	6,58	0,82
Público	0,43	0,95	4,60	0,63	1,86	0,25	7,69	0,61	4,55	0,34	1,82	0,45	13,28	4,18	11,63	3,12	50,66	3,01	3,51	1,42
Caixa Económica	0,24	0,13	2,62	1,54	0,37	0,25	15,66	2,62	5,72	2,08	0,88	0,54	7,11	1,49	3,98	1,60	58,91	5,19	4,52	2,24
Cooperativo	4,66	0,26	7,77	0,60	0,43	0,09	7,30	0,49	11,34	0,91	1,12	0,08	6,65	0,71	8,91	1,02	28,94	0,59	22,92	1,21
F	552,659		25,775		17,981		17,491		37,267		36,260		6,771		9,109		32,488		172,544	
Nível de significância	<0,001		<0,001		<0,001		<0,001		<0,001		<0,001		0,001		<0,001		<0,001		<0,001	

Subconjuntos homogêneos de médias em

Tabela 6 – Estrutura (%) da carteira de crédito concedido por tipo de banco

Período	Empresas																Particulares			
	Agricultura, silvicultura e pesca		Indústria		Energia, água e saneamento		Construção		Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração		Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação		Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias		Outras atividades de serviços		Crédito Habitação		Crédito Consumo	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Antes de 2008	0,63	0,38	5,80	2,86	1,35	0,78	9,86	5,01	7,04	2,46	2,61	1,60	11,46	4,87	12,86	6,99	42,57	14,32	5,81	1,93
Após 2008	0,72	0,30	6,33	0,82	1,71	0,82	8,16	3,92	7,25	1,76	3,05	1,43	14,04	5,69	11,63	6,45	41,74	11,83	5,36	1,79
t	-0,817		-0,597		-1,291		1,125		-0,133*		-0,843		-1,300*		-1,067*		0,188		-1,067*	
Nível de significância	>0,1		>0,1		>0,1		>0,1		>0,1		>0,1		>0,1		>0,1		>0,1		>0,1	

*Estatística Z

Tabela 7 – Estrutura (%) da carteira de crédito concedido por período

económica e o banco cooperativo. Os bancos privados dedicam perto de 4% do crédito concedido a este sector e as restantes instituições reservam-lhe menos de 2%.

Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias: identificaram-se 2 grupos homogéneos de médias: (1) os bancos privados e o banco público; e (2) a caixa económica e o banco cooperativo. O grupo 1 destina cerca de 14% do crédito concedido a este sector enquanto para o grupo 2 essa percentagem é cerca de metade.

Outras atividades de serviços: identificaram-se 3 grupos homogéneos de médias: (1) os bancos privados e o banco público; (2) banco público e o banco cooperativo; e (3) a caixa económica. A caixa económica reserva menos de 4% do crédito ao sector, cerca de $\frac{1}{4}$ da percentagem reservada pelo grupo 1.

Quanto ao sector de institucional *Particulares*, para a finalidade Crédito Habitação identificaram-se 2 grupos homogéneos de médias: (1) o banco público e a caixa económica; e (2) os bancos privados e o banco cooperativo. Dedicando o grupo 1 mais de 50% do crédito à habitação, sendo que no grupo 2 essa percentagem ronda os 30%. No que respeita ao Crédito Consumo identificaram-se 3 grupos homogéneos de médias: (1) o banco cooperativo; (2) os bancos privados; e (3) o banco público e a caixa económica. O banco cooperativo destaca-se por dedicar, em média, quase 23% do crédito ao consumo, percentagem muito superior aos restantes grupos, para os quais esta é, aproximadamente, 5%.

Por fim, testaram-se eventuais alterações na estrutura de crédito motivadas pela crise financeira de 2008, apresentando-se os resultados na tabela 7. O banco cooperativo foi excluído deste exame por falta de informação quanto à estrutura da sua carteira de crédito nos anos iniciais, o que resulta num desequilíbrio entre o número de observações antes e após a crise de 2008, facto que dada a sua finalidade de crédito agrícola poderia prejudicar robustez dos resultados. Assim, a análise que se segue incide apenas nos bancos privados, banco público e caixa económica.

Globalmente foram detetadas alterações ao nível da percentagem de crédito concedido aos ramos de atividade da construção e outras atividades de serviços, os quais sofreram uma perda da sua importância na estrutura da carteira de crédito dos bancos na ordem dos 27% e 10%, respectivamente, tendência também sentida pelo crédito à habitação (-2%) e ao consumo (-8%). Os restantes ramos de atividade experimentaram acréscimos de importância: agricultura, silvicultura e pesca (14%); indústria (9%); energia, água e saneamento (27%); comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração (3%); transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação (17%) e atividades



financeiras, de seguros e imobiliárias (23%). Prova-se assim, que de facto a banca está a acompanhar o movimento sentido na sociedade portuguesa de redescoberta e valorização da atividade agrícola dedicando uma maior percentagem do crédito concedido à mesma. Contudo, quando se testou a significância estatística destas alterações nenhuma provou ser estatisticamente significativa.

A análise destas alterações por tipo de instituição, especificamente para o sector primário, apresenta contudo resultados mais completos, conforme ilustrado na tabela 8.

Período	Banco BPI		Millennium BCP		BES		CGD		Montepio	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Antes de 2008	0,64	0,14	0,83	0,05	1,16	0,13	0,36	0,06	0,14	0,04
Após 2008	0,95	0,14	0,88	0,09	0,98	0,15	0,48	0,08	0,31	0,13
t	-2,494		-0,791		1,598		-1,414*		-2,181	
Nível de significância	<0,05		>0,1		>0,1		>0,1		<0,1	

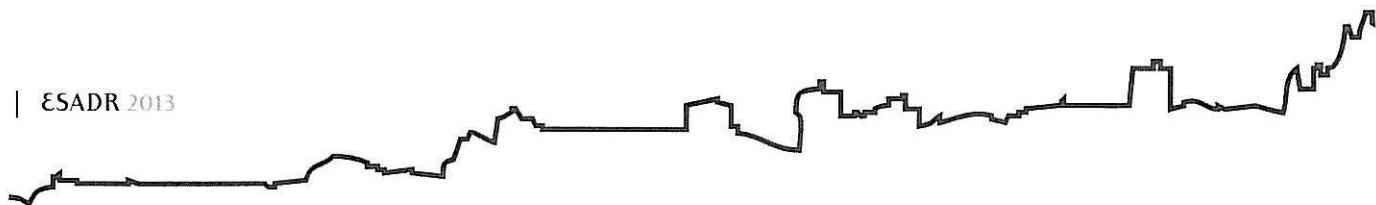
*Estatística Z

Tabela 8 – Peso do sector da agricultura, silvicultura e pescas (%) na estrutura da carteira de crédito por período

È assim possível verificar que, globalmente, as instituições de crédito aumentaram a proporção do crédito concedido ao sector primário, com exceção do BES, curiosamente, aquele que anteriormente à crise mais crédito concedia, em termos relativos, a esse sector. Contudo esta alteração só é estatisticamente significativa, ao nível de significância de 5%, no caso do Banco BPI.

Por último, a análise da oferta de soluções de financiamento destinadas a empresas mostrou que todas as instituições apresentam linhas de crédito direccionadas para internacionalização da atividade empresarial e apoio às exportações, sendo o mercado ibérico e os PALOPS os mercados prioritários. Também as PME's merecem, de uma forma geral, a atenção das instituições de crédito nacionais.

No que respeita à oferta sectorial disponibilizada apenas o Millennium BCP e o BES não possuem nenhuma solução de crédito específica para o sector primário. Os restantes bancos possuem linhas de crédito protocoladas, destacando-se o Banco BPI pelo montante e a variedade de linhas oferecidas, reforçando assim os resultados da análise estatística anterior. De facto, esta é a instituição que publicita possuir o maior montante global para o financiamento do sector agrícola e que apresenta uma variedade superior de soluções de financiamento, de que são exemplos: o protocolo celebrado com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) que permite aos agricultores obterem adiantamento das ajudas a receber do Instituto de Financiamento da Agricultura e



Pescas (IFAP); o protocolo celebrado com John Deere com o objetivo de financiar a aquisição, em condições mais vantajosas, de tratores e demais equipamentos agrícolas; o protocolo celebrado com o IFAP, destinado a financiar custos com a campanha agrícola (preparação dos terrenos, sementeiras, regas, colheitas, alimentação dos animais, etc) ou o protocolo celebrado com a Maltibérica e a Agrogarante, visando o financiamento do fundo de maneio necessário para o ciclo do cultivo da cevada.

Das linhas de crédito oferecidas pelas diversas instituições e direcionadas para o setor agrícola destaca-se a Linha de Crédito PRODER e PROMAR, que resulta de protocolos celebrados entre as instituições de crédito e o IFAP e apoia projetos de investimento no setor primário visando apoiar o desenvolvimento da agricultura, pescas e do setor agroalimentar (os montantes disponibilizados variam consoante a instituição, sendo os montantes globais até: 150 EUR milhões na CGD; 300 EUR milhões no Banco BPI; 125 milhões de euros no Banco Montepio e 150 milhões no Crédito Agrícola); bem como, a Linha de crédito Restabelecimento do Potencial Produtivo destinada a financiar os agricultores cujas explorações agrícolas foram afetadas pelas intempéries ocorridas em 19 e 20 de janeiro de 2013 e que resulta de protocolos celebrados entre as instituições de crédito e o IFAP (com montantes disponibilizados globais até: 15 EUR milhões, Banco BPI e Banco Montepio).

4 – CONCLUSÕES

É um lugar-comum dizer que é nas grandes crises que se descobrem as grandes oportunidades. A história mostra que, em épocas de crise profunda, a agricultura reassume o papel de “reserva social” (criação de emprego e aumento do produto). Existe na sociedade portuguesa algum desprezo social (falta de reconhecimento) assente na ideia de que a agricultura é uma atividade menos nobre que, aliada aos rendimentos insuficientes gerados pela atividade e às dificuldades de acesso à terra, está na origem do abandono a que a agricultura tem sido vetada. Este comportamento está, contudo, sob mudança e o reconhecimento de que a agricultura faz falta ao desenvolvimento do país está patente no discurso político e nas campanhas comerciais (Silva, 2011), e mesmo a banca, historicamente adversa ao financiamento agrícola, demonstra interesse pelo sector e procura acompanhar a tendência, de que é exemplo a nova campanha do BPI: *o banco para a agricultura*.



Mas interessa passar das palavras aos atos e, neste ponto, provou-se globalmente que o financiamento bancário ao sector agrícola assenta no crédito concedido pelo Crédito Agrícola, sistema integrado de bancos cooperativos cuja génese está ligada à falta de financiamento bancário ao sector agrícola no início do século passado, falha que ainda hoje se mantém. Verificou-se contudo um despertar da banca nacional para as potencialidades deste sector, e esse interesse concretizou-se na oferta de soluções de financiamento específicas para o sector (apenas o sector do turismo merece igual tratamento) e num aumento do peso do crédito concedido muito embora não seja ainda globalmente estatisticamente significativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cunha, A. (2013). Instalação de jovens agricultores: não perder uma oportunidade gerada pela crise, *Público*, 18 de Julho.

INE (2010), *Recenseamento Agrícola 2009. Dados Preliminares*, Instituto Nacional de Estatística Lisboa.

INE (2011). *RA09 Recenseamento Agrícola 2009*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2012). *Empresas agrícolas: o futuro da agricultura portuguesa? 2004-2010*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2013a). *Estatísticas Agrícolas 2012*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2013b). *Estatísticas do Emprego, 2º Trimestre 2013*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Jornal de Negócios (2013). *Dois em cada três empregos foram criados na agricultura*, 8 de Agosto.

Levine, R. (2004). *Finance and Growth, Theory and Evidence*, NBER Working Paper 10766, Cambridge, Mass, NBER.

MAMAOT (2013). *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 – Programa de Orientação*, Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

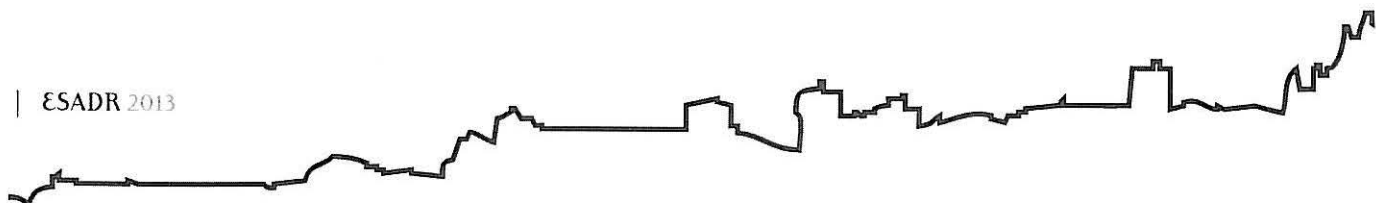
Silva, F (2011). *Jovens agricultores em Portugal – condições para o sucesso*, Feira Nacional de Agricultura, Santarém.

Spiegel, R. (1977). *Schaum's Outline of Theory and Problems of Probability and Statistics*, McGraw-Hill, New York.

Outras publicações consultadas:

INE (2001). *RG89 Recenseamento Geral Agrícola*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2003). *Estatísticas Agrícolas 2002*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.





- INE (2005). *Estatísticas Agrícolas 2004*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2006). *Estatísticas Agrícolas 2005*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2008). *Estatísticas Agrícolas 2007*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2010). *Contas Económicas da Agricultura 1980-2009*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2010). *Estatísticas Agrícolas 2009*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2010). *Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2011). *Contas Económicas da Agricultura 2010*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2011). *Estatísticas Agrícolas 2010*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2011). *Estatísticas do Comércio Internacional 2010*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2012). *Contas Económicas da Agricultura 2011*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2012). *Contas Económicas da Agricultura 2012 – dados preliminares*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2012). *Estatísticas Agrícolas 2011*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2012). *Estatísticas do Comércio Internacional 2011*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2013). *Boletim Mensal de Estatística - junho 2013*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2013). *Estatísticas do Comércio Internacional 2012*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

